

REVISTA INTELLECTUS

**MANOEL LUBAMBO, um representante do pensamento
católico conservador pernambucano dos anos 30.**

Prof. Dr. Ferdinand Azevedo, SJ.
(Universidade Católica de Pernambuco)
fazevedo@unicap.br

RESUMO

Este artigo tem a preocupação de expor um esboço da vida de Manoel Lubambo e três dos seus principais trabalhos. Lubambo foi um intelectual de grande influência no pensamento católico conservador dos anos 30, especialmente no período de 1935-1944, em Pernambuco. Aqui, procuraremos mostrar trechos de alguns de seus trabalhos que evidenciam sua luta por uma sociedade voltada para o resgate do passado colonial brasileiro no qual se poderia compreender a cultura do povo brasileiro, com grande ênfase no catolicismo.

PALAVRAS-CHAVES:

Pernambuco – Cultura intelectual – Catolicismo

ABSTRACT

This article presents a resumé of the life of Manoel Lubambo and three of his principle works. Lubambo was an intellectual of significant influence in conservative catholic thinking in the 1930's, specially in the years 1935-1944, in Pernambuco. Here, we try to show sections of his works which reveal his struggle for a society attempting to recuperate the brazilian colonial past in order to to understand the culture of the brazilian people, with a marked emphasis on catholicism.

KEYWORDS: Pernambuco - Intellectual culture - Catholicism

1. Origem Social e Vida

Manoel da Costa Lubambo pode ser inserido entre o grupo de intelectuais representantes do pensamento católico conservador dos anos 30 em Pernambuco. Suas idéias refletem, principalmente, a mentalidade político-religiosa da época em que se acreditava estar no passado colonial as verdadeiras origens do povo brasileiro. Este texto, que também pode ser enquadrado num trabalho de resenhas, tem a preocupação de expor trechos importantes de três dos seus principais trabalhos, pelos quais se pode ter uma noção de suas idéias: **Character** (1926); **Capitães e Grandeza Nacional** (1940); e, **O Humanismo Financeiro de Salazar** (1942).

Não se trata de um trabalho com a preocupação de fazer uma análise crítica da sua vida e obra, mas de apresentar para o público interessado a contribuição de Lubambo para a produção e disseminação do pensamento católico nos anos 30, pois, trata-se de um intelectual importante para nossa história, mas ainda muito pouco conhecido pelos historiadores locais e nacionais. Neste sentido, nosso trabalho se coloca numa margem que procura muito mais mostrar partes importantes de suas obras, nas quais se pode observar seu lugar na nossa produção cultural, do que num lugar de olhar analítico-crítico.

Além de ter grande influência na produção intelectual dos anos 30, especialmente entre 1933-1944, Lubambo poderia, ainda, figurar entre os grandes jornalistas de Pernambuco no século XX. Em vez disso, sua vida breve, marcada pelas lutas em busca de soluções governamentais por uma sociedade mais justa, com argumentos muitas vezes contundentes para sua época, por se inserir num período muito polêmico (1930-1945), contribuiu muito para relegar a importância de sua produção intelectual e seu valor cultural somente entre

alguns intelectuais. Para uma maior compreensão da formação político-religiosa daqueles anos, a produção intelectual de Lubambo, porém, merece mais atenção.

Os trabalhos de Lubambo estão atualmente localizados na *Biblioteca da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica* (atualmente nas *Coleções Especiais da Biblioteca Central "Pe. Mosca de Carvalho"*, da Universidade Católica de Pernambuco); na Coleção da **Revista Fronteiras** encontrada na *Biblioteca da Arquidiocese do Olinda e Recife*; no *Arquivo Público Estadual "Jordão Emerenciano"*, no Recife; e, na Biblioteca particular de sua filha Ana Maria Lubambo do Rego Barros.ⁱ Trata-se de um grande acervo com documentos raros e especiais, que retratam parte de nossa história, e que não podem deixar de ser mencionados ou conhecidos entre os historiadores preocupados em estudar o pensamento católico conservador daquele período. Neste sentido esperamos estar dando alguma contribuição para a historiografia brasileira, dado que alguns intelectuais da época identificavam Lubambo como um Jackson de Figueiredo, famoso defensor de um catolicismo militante e como um porta voz das idéias do Cardeal Leme da Silveira Cintra. (ANSELMO, 1943; SILVIA, 1995)

Manoel Lubambo nasceu no dia 13 de setembro de 1903, em Palmares, cidade do Estado de Pernambuco. Seu pai Benvenuto Nascimento Lubambo trabalhava como Mestre das Oficinas Ferroviárias da Great Western, aproximadamente desde 1892, primeiro em Paulo Afonso, depois em Maceió, em Palmares e finalmente em Jaboatão. Benvenuto e sua esposa Amélia da Costa Lubambo tinham oito filhos: Manoel, Adalgiso, Dagmar, Doeres, Dermenzita, Derzuitti, Maria Dulce e Ducila.ⁱⁱ Aos nove anos, seu pai matriculou Manoel no colégio do professor Carvalho em Jaboatão/PE, onde terminou o curso em dois anos mas continuou a freqüentar a escola por mais dois. (VASCONCELOS, 1944:32).

Em 1916, seu pai colocou-o no escritório da Great Western, em Jaboatão/PE. Neste trabalho, recebia por quinzena Cr\$ 20,00 dos quais colocava Cr\$15,00 numa conta para Júlia (Bubú), empregada da família para ajuda de suas irmãs. Este gesto é indicativo da personalidade de Lubambo, que se declarava um ser preocupado com a injustiça social. Dois anos mais tarde, passou a trabalhar no Almojarifado da Great Western. Neste período conheceu João Vasconcelos, um crítico literário, que teve grande repercussão em sua vida intelectual.

Muito impressionado com o pensamento de Lubambo, com apenas 18 anos de idade, Vasconcelos deixou registrada a imagem que Lubambo já causava na época:

[...] com muita surpresa e encanto, que o excesso de vida revelado naquela fisionomia (Lubambo) era sobretudo, espiritual. Não havia exuberância física, só um equilíbrio relativo à idade; mas, mentalmente, que pujança! Até hoje, ainda não recebi outra impressão tão forte das possibilidades intrínsecas de uma inteligência. (VASCONCELOS, 1944:10)

Durante este período, Lubambo frequentou a Academia de Comércio até 1923, fez, também, um breve estágio na “Young Men’s Christian Association”, mas, ao que parece, esta não o influenciou muito.ⁱⁱⁱ Neste mesmo ano, Lubambo se inscreveu num concurso para o Banco do Brasil, sendo aprovado para trabalhar no Ceará. Neste período, manteve uma correspondência constante com Vasconcelos. As cartas revelam um Lubambo cada vez mais interessado em literatura. Elas falam de Machado de Assis, Sílvio Romero, Alexandre Pope, Tristão de Ataíde, Afonso Arinos, Tobias Barreto, Buffon, a crítica moderna, e outros.(VASCONCELOS, 1944:17) Em seu trabalho “Manoel Lubambo”, publicado por Tradição em 1944, Vasconcelos declara-se contente e impressionado com o desenvolvimento intelectual de seu amigo dos tempos da Great Western.

Em 1925, Lubambo é transferido para uma filial do Banco do Brasil, no Rio Branco, antigo Olho d’Água dos Bredos, em Pernambuco. No ano seguinte foi transferido, de novo, para a filial do Banco do Brasil, no Recife, onde voltou a morar em Jaboatão. Nestes anos, temos o fundamento do pensamento católico de Lubambo, observado por suas declarações de mudança espiritual e intelectual, em que admitia uma atração mais forte pela Igreja Católica. Essas mudanças se devem à sua nova amizade com o Pe. Antônio Paulo Ciríaco Fernandes, SJ, que teve grande influência no pensamento católico de Lubambo. Estevam Cruz, em **Lembrança do III Congresso Eucarístico Nacional aos seus Irmãos do Norte e do Sul; 2 – 7 de setembro, 1939**. Recife: Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, s/d. p. 59, destaca a importância da participação de Lubambo no grupo responsável pela fundação da **Revista do Norte**, em 1927.

Entendemos, no entanto, que a amizade com Vasconcelos foi fundamental para o desenvolvimento intelectual de Lubambo. Os dois discutiam sobre livros e autores ingleses, que tratavam da formação dos povos. Podemos citar, em particular, Lafcadio Hearn e seu livro, “Out of the East”. Hearn ficou muito conhecido por seus trabalhos literários sobre a cultura japonesa.^{iv} O livro de Hearn, “Out of the East” era uma coleção de onze artigos. O que mais chamou a atenção de Lubambo foi “Jiu-jitsu” (Judô), que ele associava à capoeira brasileira uma arte de grande representatividade para uma compreensão da história do Brasil.

Como jornalista, Lubambo começou sem muitas pretensões, pois, segundo suas próprias palavras, ele não gostava muito de publicidade. Neste campo, foi José Maria de Albuquerque Melo, fundador da *Revista do Norte*, quem possibilitou sua entrada no mundo jornalístico. (PEDROZA, 1939:118) Nela, Lubambo publicou o seu primeiro ensaio intitulado “Caracter” causando grande impressão. Seu relacionamento com o grupo da *Revista*

o levou a se mudar para o Recife, na Avenida Marquês de Olinda, depois nas ruas da Imperatriz e Deão Farias, para facilitar sua participação na mesma.(VASCONCELOS, 1944:35).

Com este novo entusiasmo jornalístico, Lubambo participou do *Jornal Frei Caneca*, contando, ainda, com a ajuda financeira de Delfino Maria Marques e o estímulo intelectual de Joaquim Cardoso. Com a assistência de Vasconcelos, o jornal foi editado na própria pensão onde morava Lubambo. Economicamente, entretanto, o jornal foi um fracasso. (VASCONCELOS, 1944:37). Lubambo saiu desta experiência para lançar outro jornal, “*Ação Pernambucana*”. Neste, Lubambo não é mais um cooperador, mas sim o operador, não é mais um ‘partenaire’, é o dono. Em nossas pesquisas não localizamos nenhum exemplar destes jornais. É, no entanto, na *Revista Fronteiras*, onde Lubambo vai confirmar sua posição de jornalista. “Fronteiras” tem duas fases. A primeira vai de maio de 1932 a março de 1933; a segunda de dezembro de 1935 a junho de 1940. A historiadora Sílvia Cortez SILVA (1995) enumera os outros que tinham influência nesta revista:

O chamado ‘Grupo Fronteiras’ era formado por congregados marianos do Colégio Manoel da Nóbrega, Arnóbio Tenório Wanderley, Willy Levin, Nilo Pereira, Guilherme Auler e Vicente do Rego Monteiro, a exceção por não ser congregado. (SILVA, 1995:145)

Não há dúvidas que “*Fronteiras*” estava ligada ao grupo dos Congregados da Congregação Mocidade Mariana Acadêmica (CMMA), cujo diretor era Pe. Fernandes, desde 1929. Pe. Fernandes, fez algumas transformações na CMMA atraindo homens que compartilhavam as mesmas orientações religiosas e políticas, entre eles, Lubambo. Na implantação da Interventoria em Pernambuco, em 1937, o Interventor Agamenon Magalhães escolheu cinco dos seus principais colaboradores da CMMA: Manoel Lubambo, Secretário da Fazenda; Etelvino Lins, Secretário da Segurança; Apolônio Sales, Secretário da Agricultura; Arnóbio Tenório Wanderley, Secretário de Governo; e, Nilo Pereira, Secretário de Educação. (PANDOLFI, 1984:48)

Quando Lubambo foi indicado para o Ministério da Fazenda, em 1937, trabalhava no Banco do Brasil. Bem capacitado para este trabalho, permaneceu nele por cerca de vinte meses, saindo no dia 25 de julho de 1939. Na sua curta gestão, teve o orgulho de equilibrar o orçamento do Estado sem deixar de atender a todas as necessidades básicas. Certamente Lubambo ganhou a confiança de Magalhães, visto que o Interventor o permitiu iniciar a Caixa de Crédito Mobiliário, possibilitando crédito tanto para o setor agrícola como para o comércio

em geral. Ao sair do Ministério deixou as finanças bem equilibradas para o seu substituo José Maciel, no inverno de 1939.^v

Com tanto sucesso a sua saída parece estranha. Tudo indica que divergências entre ele e Magalhães sobre a política e sua maneira autoritária e violenta para implementar o programa “*Liga Social Contra o Mocambo*”, em julho de 1939, para eliminar os mocambos da cidade do Recife constituíram a razão.^{vi} Lubambo voltou para o Banco do Brasil, ficando responsável pela pasta de Carteiras de Câmbio.^{vii} Em julho de 1939 Lubambo deu uma entrevista ao representante de uma revista belga, “*Chrétienté-Occident*”, intitulado “*Inquérito sobre o problema do nacionalismo cristão*”, quando então expõe suas idéias sobre a direita fascista e a democracia:

Era grande tempo de dizer coisas como estas. Não precisamos de modelos estrangeiros, senão naquilo que deve ser comum a todos os regimens de ordem. O ‘fascismo’ – sem embargo do caracter épico do regimen, que banha no clima nobre e saudável da exaltação da pátria e da família – é , em sua concepção do Estado, estranho a meu país. Porém muito mais que estranha – exótica – é esta decantada democracia, transplantada ao Brasil, nos flancos do liberalismo maçônico, no primeiro quartel do século XIX e à sombra da qual se tem cometido tantos crimes contra o Brasil. A nossa tradição está longe de ser democrática. É aristocrática e autoritária. Corporativa também. É na defesa e na propagação destas idéias, tão caras à melhor corrente da minha geração, que Fronteiras vê seu caminho e seu combate.^{viii}

A última frase desta citação define bem a finalidade da revista *Fronteiras* e revela uma atitude negativa sobre a democracia bastante comum na geração daquela época, não apenas entre os da “geração” de Lubambo mais de outros também durante os anos do Estado Novo no Brasil. Neste contexto Lubambo fez algumas críticas a Gilberto Freyre e escreveu opiniões sobre arte e arquitetura, tanto do ponto de vista histórico como da crítica da própria arte. Um pouco antes de seu falecimento inesperado, em março de 1943, foi convidado pelo Governo Português, para fazer pesquisas e participar de um instituto histórico em Lisboa. Isto indicava que os estudos de Lubambo, principalmente o livro “O humanismo financeiro de Salazar”, em 1942, impressionaram muito bem o próprio Antônio Salazar.

Estava fazendo todas as preparações para a viagem não somente para ele mas também para toda a sua numerosa família quando, inexplicavelmente, ficou gravemente doente, tendo que ser internado no Real Hospital Português, na cidade do Recife-PE. Inicialmente, os médicos diagnosticaram uma doença de fígado, mas, parece que foi, de fato, uma rotura do baço. Faleceu piedosamente, assistido pelo Pe. Francisco Bragança, SJ. João Vasconcelos descreve como a estátua de Nossa Senhora de Fátima foi levada ao seu quatro nos seus últimos momentos de vida. Deixou esposa, Maria Vespertina Pinheiro Lubambo, com a qual se casou em 1931, e seis filhos: Anna Maria, José Maria, Maria Lúcia, Manoel Francisco,

Maria Cristina e Maria Izabel.^{ix} João Vasconcelos, que acompanhou a vida e a carreira de Lubambo e, provavelmente, o conhecia melhor que todos os seus contemporâneos assim registra a imagem deixada por Lubambo:

Mesmo por temperamento ele (Lubambo) não sabia formar posturas cômodas, não aplainava, nem contornava. Só sabia conquistar a golpes, como um Garcia d'Avila; abrindo ele próprio a sua picada. Tinha personalidade viva demais e não sabia transigir, não podia mesmo se o quisesse. E o dilema era aceitá-lo, integralmente ou rejeitá-lo. [...] Fui um dos seus raros amigos que nunca teve com ele a mais ligeira rusga. Durante 21 anos as nossas relações de amizade foram sempre duma perene cordialidade. Encontrando-o ainda menino e assistindo à sua maravilhosa formação mental, surpreendente pelo vigor, pelo ímpeto quase selvagem das forças poderosas que se harmonizavam, pude compreender, desde muito cedo, que Lubambo nunca seria um homem na multidão, que teria de ser sempre um ser à parte. [...] Ninguém poderia separar os seus 'defeitos' sem alterar a sua constituição íntima e 'matar' o homem extraordinário que se chamou Manoel Lubambo. E, como era lógico, contra essas mutilações ele sempre se insurgia vivamente, reagindo com toda a bravura, com toda a violência. Violência saudável e consciente que tinha a virtude de criar inimigos por toda parte e de todos os portes. Não compreendiam que não interessava a ele a camaradagem nem o elogio, mas apenas a aceitação. Ele só buscava a realidade. Não acreditavam nessa nobreza de sentimentos e insistiam. Nascia daí a sua proverbial intratabilidade. Essa intratabilidade era, porém, toda afeto, o mais puro afeto, para os que o entenderam e se ligaram a ele. Três ou quatro apenas e, entre eles, a venerável figura do padre Antônio Fernandes, S. J. que era o seu mestre querido. O Dr. Públio Dias e ultimamente este José Wamberto que se tornou um precioso elemento na redação de 'Fronteiras'. Pertenci sempre a esse pequeno grupo que dava a Lubambo todo o respeito que a sinceridade e o desinteresse impõem, toda a admiração que a sua inteligência superior despertava, toda a estima que a sua nobreza exigia. (VASCONCELOS, 1944:53-55)

Na seqüência estaremos expondo, na íntegra alguns trechos do pensamento de Lubambo, retirados das três obras já comentadas. Em virtude do nosso conhecimento de outros trabalhos de Lubambo, em alguns momentos faremos uma breve interpretação ou comentário, mas que não se pode entender como uma postura crítica e analítica do pensamento intelectual de Manoel Lubambo.

2. Obras e Pensamento

2.1 – LUBAMBO, Manoel. Carater. Recife: Tradição, 1943.

O primeiro texto que desejamos fazer referência ao pensamento de Lubambo é CARATER (1926), cujo título permanece com a ortografia da época. Utilizamos um texto publicado na Revista *Tradição*, em Recife, ano 7, v. 6, n. 36/37. p. 103-109, out. 1943. São deste trabalho todas as citações dos trechos a seguir. Ao que sabemos, Lubambo iniciou sua vida jornalística com *Carater*, escrito em 1926 e publicado na *Revista do Norte* em 1926. Nele, quis descobrir e descrever o caráter do povo brasileiro. Para nós, o importante desta obra é perceber como o jovem Lubambo pensava, os valores que abraçava e o estilo jornalístico que se usava na época para propagar idéias político-religiosas.

Como já destacamos, ele ficou intrigado ao ler o autor inglês, radicado no Japão, Lafcadio Hearn sobre “jiujítsu” (judô) o qual considerou como uma expressão do povo japonês. Lubambo notou uma certa analogia entre a “capoeira” do Nordeste e o “jiujítsu” japonês. À primeira vista, “capoeira” cativava, mas não oferecia pistas adequadas para entender o povo brasileiro. Por causa disso, Lubambo ironicamente vai dizer: “Há, com efeito, qualquer coisa da ‘capoeira’ nessa história religiosa (brasileira) onde há padres que fazem revoluções, e morrem em nome de Jesus pela sua terra, e assumem, temporalmente, regências, e onde bispos são presos” (p. 103). “Capoeira”, portanto, poderia ser interessante, mas inadequada para definir o povo brasileiro.

Deixando “capoeira” de lado, como meio investigativo, Lubambo escolheu o idealismo “liricamente religioso” como chave para descobrir, de fato, o povo brasileiro. Ao elogiar este idealismo “liricamente religioso”, Lubambo afirma que ele nasceu da luta dos povos ibéricos contra a civilização árabe. A sua importância reside, segundo ele, no fato de que o mesmo contribuiu para a força vital dos povos ibéricos para vencer os árabes. Ainda mais interessante é que Lubambo localizou a expressão deste idealismo “liricamente religioso” na arte religiosa, exemplificada basicamente na arte e arquitetura barroca que os Jesuítas popularizaram durante o período colonial” e lamentando que o estilo barroco ficasse restrito ao período colonial (p. 104).

Possivelmente a afirmação mais impressionante neste artigo é a seguinte: “Independência política não dá feição a povo nenhum” (p. 104). Então o que dá esta feição? A resposta de Lubambo é - “religião”. E isto foi dito em 1926, quase onze anos antes da luta contra as comemorações do Terceiro Centenário da chegada de Maurício da Nassau a Pernambuco, quando Lubambo diria que a resistência do povo contra os Holandeses veio da força da religião. Estas são suas palavras: “O belo, porém, é que o espírito católico do povo não só resistiu ao calvinista, como chegou mesmo, heróicamente, a progredir no seu fervor” (p. 104).

Entendendo-se sua preferência cultural, não é surpreendente sua reação aos acontecimentos do século XIX no Brasil e os episódios onde “...há padres que fazem revoluções, e morrem em nome de Jesus pela sua terra, e assumem, temporalmente, regências, e onde bispos são presos...”. Estes eventos são considerados como “capoeira”, coisas interessantes, mas, de fato, aberrantes para entender o que era o povo brasileiro. Por que aberrantes? Porque as tradições da época colonial, segundo Lubambo, não foram respeitadas, de fato, foram destruídas. E vejamos como ele diz isto claramente: “Entretanto, todo o belo esforço católico de conservação da tradição, um século de independência vem obliterando

tristemente. Um século de independência que é a deformação, a descaracterização, lenta, metódica, sistemática, duma nacionalidade” (p. 105). Além desta preferência pelo período colonial, Lubambo formalizou sua participação no Movimento Monarquista do Recife de Guilherme Auler, oito anos mais tarde, em 1934.^x

Lubambo continua seu argumento neste artigo, também, com referências à literatura brasileira: “A nossa literatura não vem das camadas profundas das tradições do país, não é um movimento de baixo para cima, mas de cima para baixo. É antes imposta aos pendores naturais do povo, à sua alma, ao seu carácter mais íntimo, por uma pequena minoria livresca, lida em francês, em italiano e em inglês; uma minoria que não pode ser a nossa voz, uma minoria de ‘deracinés’” (p. 107).

Por fim, Lubambo fala sobre a cozinha brasileira, especificamente, a cozinha nordestina. Aqui, também, consternado, descreve: “Ora vejam o que eu fui encontrar, no outro dia, num cardápio de hotel, este nome horrivelmente pedregoso na quantidade de consoantes: WURST VON SCHWSIKOPF MIT PEPINO. Espantado, indaguei do garçom que diabo era aquilo. Ele nem soube explicar; mas eu cuidei ter ouvido alguma coisa parecida com cabeça de porco, cabeça de porco à alemã” (p. 108). O que ele elogiava, porém era a cozinha nordestina. Revelando sua inclinação poética, para afirmar o caráter do povo brasileiro, diz: “Eu encontro em nossa cozinha –a saborosa cozinha mestiça do nordeste–a que o côco dá um gosto todo seu—todas aquelas virtudes de que fala Nabuco numa das suas melhores páginas; eu encontro sentimento, tradição, culto da família, caráter, religião, nessa cozinha que a todos nos reúne, os do nordeste, como forte laço nacional!” (p. 108).

Mais tarde, Lubambo, neste momento, um jovem de vinte e três anos e com uma personalidade forte, iria escrever sobre outros assuntos, mas com este artigo revela sua postura bastante, mas não totalmente definida. O seu estilo, lógico e sistemático, é adotado por suas percepções artísticas e culturais. Segundo ele, os valores do povo brasileiro são orgânicos e vêm da península ibérica, do período colonial e todo o seu conjunto de tradições das quais religião seria o ingrediente predominante. E mesmo não elaborando sua referência de que “Independência política não dá feição a povo nenhum”, está subentendida, ao nosso ver, todo aquele conjunto de influência do liberalismo e do pensamento iluminista. Para Lubambo, esta tradição é muito abstrata, muito filosófica. Preferia coisas mais realistas, mais práticas, com os pés no chão, enfim, mais orgânicas, dando um caráter todo especial (e isto é o objetivo do artigo) às suas expressões literárias, artísticas e arquitetônicas. O emergente jornalista continuaria a defender agressivamente esta posição com todas as suas consideráveis habilidades de persuasão.

2.2 – **Capitais e Grandeza Nacional.** São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

A ortografia usada neste livro é desatualizada, aqui o autor vai encontrar alguns trechos modificadas para a ortografia atual, mas o título permanece com a ortografia da época. Este livro desenvolve mais amplamente um artigo de Lubambo intitulado, “Por uma política de defesa dos capitais”, publicado na Folha da Manhã, em primeiro de setembro de 1938 e, também, transcrito para o Diário Carioca, do dia 13 do mesmo mês (nota 1, p. 3). As críticas provocativas criadas por sua publicação o estimularam a desenvolver o tema num livro de nove capítulos, distribuídos em três partes. Para facilitar a nossa apresentação seguiremos o mesma esquema organizacional do texto, citando o título de cada capítulo e o item, conforme se observa a seguir.

Primeira Parte, Princípios duma política patrimonial.

Capítulo I, Posição do problema

O tema do artigo que Lubambo ampliou num livro foi o seguinte (p. 3):

Os publicistas pátrios já falaram bastante em ‘reivindicações sociais’, em ‘conquistas sociais’ e mesmo, sob certo ponto de vista, em ‘justiça social’. Já falaram talvez demais (...) Parece que chegou o momento de tocarmos noutra tecla. Justiça social sim, mas sem esquecimento deste outro problema, fundamental no Brasil: o da criação e defesa dos capitais.

Alguns católicos, preocupados com a situação social e sob a influência de Jacques Maritain, acharam que Lubambo tinha errado, defendendo “os capitalistas e o capital” (p. 4). De sua parte, Lubambo reagiu, dizendo que as obsessões deles sobre a questão social prejudicavam o seu entendimento sobre “o direito de propriedade, a que dão o nome de ‘conceito cristão da riqueza”(p. 4). O conceito em questão é este: “não é o direito despótico de disposição dos bens, mas o direito de usar e dispor do necessário, administrando o supérfluo em benefício do próximo” (p. 4). Lubambo enfatiza que tal conceito foi condenado pelos “melhores tratadistas da Igreja”. E mais, que este entendimento faz o direito da propriedade “[...]uma simples ‘função social’, o proprietário também um mero ‘funcionário social’. Conceito esterilizante, burocratizante, perfeitamente de acordo com o temperamento dos que o formulam, mas de que forma distante da salubre, vigorosa e equilibrada concepção católica da riqueza!” (p. 4). E com o seu livro, “Capitais e Grandeza Nacional”, Lubambo explicaria o seu entendimento de “riqueza cristã”, de como é salutar na criação de capitais e de sua importância para a nação.

Capítulo II, A igreja e o capital

Neste capítulo Lubambo quer mostrar:

1, que a expressão ‘intangibilidade do capital’ é perfeitamente ortodoxa; 2, que, contra a opinião geral que equipara trabalho e capital e dá mesmo àquele certa precedência, a melhor doutrina da Igreja afirma a primazia do capital sobre o trabalho; 3, que o conceito de riqueza que se atribui a Sto. Tomás não pode, de modo algum, merecer os sufrágios da Igreja, já ameaçada, graças a essas doutrinas extravagantes [...] (p. 6).

Para Lubambo, o capital é intangível neste sentido:

Os fatores da produção são dois: capital e trabalho, aquele representado, em geral, não só as reservas de numerário que se investe nos meios de produção, mas a inteligência, a imaginação, o interesse do dono desse numerário; este – o trabalho – representado pela mão de obra, pelo esforço do operário. Ora , ambos esses fatores são necessários para o ato de criação econômica; ambos são indispensáveis [...] Pois é neste sentido – digamos ontológico – que o capital é intangível. Indispensabilidade – intangibilidade, eis termos sinônimos. (p. 7).

Para fortalecer o seu argumento de que o capital tem primazia sobre o trabalho, Lubambo cita o livro do Cardeal Jean Verdier, “Problèmes Sociaux, réponses chrétiennes”:

É bem certo que na organização econômica atual, a propriedade privada tem a preeminência sobre o trabalho. É bom que seja assim, dizemos desde logo. A propriedade privada dá à vida individual, à família e finalmente ao Estado seu verdadeiro porte (allure). (p. 7)

E o Cardeal continua:

Ela (a Igreja) lembra sempre, a título de verdades fundamentais, que o papel do proprietário ou do patrão é um papel preponderante [...]os lucros do patrão estendem-se ao operário, a cujo trabalho asseguram melhores instrumentos e melhor salário. (p. 7-8).

A intangibilidade do capital e sua primazia sobre o trabalho foram apenas uma introdução para o terceiro e mais importante ponto do argumento de Lubambo, “o conceito cristão ou tomista da riqueza. [...] Duas são as versões que correm sob o nome do conceito cristão da riqueza: a que consiste em dizer que se deve ‘dar de esmola o supérfluo e a que consiste em afirmar que se deve ‘administrar o supérfluo em benefício do próximo.’” (p. 8.) Para Lubambo, se um ou outro destes fosse o conceito de riqueza, não haveria riqueza e, certamente, não haveria economia política. O ponto central, segundo Lubambo, é que Santo Tomás fundou o direito de propriedade sobre o interesse individual. Visto que seu argumento está radicado neste ponto, Lubambo faz uma pergunta e dá a resposta inspirada em Sto. Tomás:

Por que Sto. Tomás fundou o conceito da propriedade privada neste interesse, nesta sobre-excitação individual, neste fecundo espírito, digamos, de ganância, que anima o homem quando possui uma coisa como própria? Simplesmente por isto:

porque a doutrina econômica cristã ou tomista, é uma doutrina de vida, é uma doutrina cujas leis foram estabelecidas no mesmo momento que o 'crescei e multiplicai': leis de crescimento, de expansão, de criação, de 'mass production', digamos, humanizando o termo; e um conceito de riqueza que começasse roubando a propriedade de seus estímulos individualistas e fazendo do 'atelier' de trabalho uma instituição de beneficência (porque só estas encontram 'administradores' a título gratuito) é uma doutrina de morte".(p. 10. As razões mais completas de Santo Tomás: "Ficando a cada homem o direito de adquirir, possuir e administrar seus bens, assegura-se com isso: a) Mais estímulo entre os homens e possibilidades de expansão na indústria e no progresso humano; b) Mais ordem nas coisas humanas, cuidando cada qual daquilo que o afeta diretamente; c) Mais paz no organismo social, podendo o Estado ficar mais desimpedido para cuidar melhor da felicidade geral que tem o dever de proporcionar aos cidadãos. (Nota 7, p. 9).

Ainda falta um ponto final do argumento entre Lubambo e suas críticas: a idéia de liberdade e uso do "supérfluo." Citando o livro de G. O'Brien, "An essay on medieval economic teaching", Lubambo gosta da posição de O'Brien sobre propriedade na luz da doutrina da liberalidade. É o seguinte:

Parece assim que poupar parte da sua renda anual para prover dificuldades futuras, seja por meio de seguro, seja por investimentos em empresas produtiva, é um ato de liberalidade. É importante chamar a atenção para o fato que 'liberalitas' consiste em fazer um bom uso da propriedade, e não meramente distribuindo-a entre outros, como uma confusão com a palavra inglesa 'liberalidade' poderia levar a pensar" (p. 12).

Para terminar este capítulo, Lubambo lança o seu último argumento:

O erro em que incorrem os católicos é quererem construir o Brasil com máximas de justiça social. A opinião que formulamos no presente estudo é que, dada a situação de pobreza e mesmo de indigência em que nos debatemos, a distribuição dos bens de fortuna tem que ser ainda um gesto individual; do país, não. A Igreja fala em tese, e quando exige uma justiça social, uma política distributiva, o faz no pressuposto de que há uma riqueza que distribuir. Quando a hipótese é a contrária a palavra deixa de ser beneficência ou distribuição para ser: expansão, produção, trabalho. (p. 13).

Capítulo III, Grandeza nacional e capital

Depois de atender às objeções principais de suas críticas, Lubambo entra no assunto básico ao livro. Quer mostrar que, sem capital, "não há nem progresso, nem civilização" (p. 15) e cita com gosto as palavras do Papa Leão XIII: "Não há capital sem trabalho, e não há trabalho sem capital" (p. 15). Lubambo cita, agora, Leroy Beaulieu que fala sobre a formação do capital em três períodos. "No primeiro, a produção é sobretudo influenciada pela natureza. [...] É a fase dos povos pescadores, bem assim dos pastores e mesmo dos começos da idade moderna" (p. 17). No "segundo período é aquele em que uma soma considerável de capital já existe, mas onde o trabalho, mais hábil, mais variado do que no período precedente, constitui o principal fator da produção. Exemplos de sociedade nessa fase: as da idade média, com os

‘mestres’, as corporações de ofícios, os mercados autárquicos, as feiras [...] É a idade da pequena indústria,[...]”. (p. 17-18) Só no terceiro, há abundância de capital:

[...] aquela em que, pela poupança incessante dos que se privam e economizam, ele (capital) se acumula com rapidez crescente, onde ainda, pela invenção e a descoberta, pelos progressos do espírito de método e de combinação, ele tem as formas variadas [...] Assim constituído e aglomerado em grandes massas, o capital se põe á testa do trabalho, dirige-o cada vez mais, combina-o e coordena-o em proporções até então desconhecidas. Ele faz mover o mundo. (p. 18).

Capítulo IV, Condições para a formação e fixação dos capitais

Num capítulo técnico, Lubambo descreve as condições e a manutenção dos capitais. Diz logo que , “os capitais não nascem por geração espontânea: criam-se, fabricam-se”(p. 19). Eles precisam de condições específicas tais como “segurança, liberdade, um regime não restritivo ou impeditivo das iniciativas, mas liberal, estimulador e mesmo protetor”(p. 19.).

Sobre segurança Lubambo segue a opinião enunciada por Charles Maurras que a explica assim, “na ordem da execução, o problema político, isto é, o problema da segurança, prima todos os outros. É inútil defender a cultura ou a economia, ou finanças duma nação na ausência dum poder forte, capaz de estabelecer a ordem e inspirar a confiança [...]” (p. 20).

Lubambo faz uma analogia interessante entre capitais e aves. “Dos capitais pode-se afirmar que nada mais errático, mais nômade, mais fluídico. Como as aves de arribação, eles são eminentemente sensíveis e sabem procurar, nos quatro pontos cardeais, a temperatura que mais lhes convém”(p. 21). E apesar de todas as tentativas para restringir seus padrões de vôo, governos se revelam inoperantes para controlá-las. Lubambo estava falando na década de 1940. Em termos de rapidez, a transferência feita via telegráfica não é tão veloz como a do computador, mas que é ligeira, é. O importante é que capitais evitem ambientes que limitem a liberdade de movimento e procurem ambientes atrativos, tais como, “taxas de juros razoáveis, moeda estável, um regime de base familiar, a herança, ônus fiscais e encargos sociais suaves”(p. 23).

Capítulo V, A verdadeira seriação dos problemas brasileiros

Lubambo considerou este capítulo o mais importante. Para expor sua idéia e opinião com suas próprias palavras retiramos o seguinte trecho do livro, no qual se lê:

O erro capital das últimas gerações de políticos, escritores e jornalistas brasileiros está no fato de terem equacionado os nossos problemas em termos exclusivamente sociais quando o deviam ter feito em termos doutra ordem, doutra estirpe ideológica: maior produção, maior riqueza; medidas protetoras dos capitais, estímulo das iniciativas, do espírito pioneiro, exacerbação do ‘elan’ individualista, incitamento do gosto da aventura, do risco. Isto é: em termos que levam ao engrandecimento nacional. (p. 44).

Foi da opinião de que as revoluções, começando em 1922 e chegando àquela de 1930, estavam “sem outro objetivo que derrubar um presidente de República”. (p. 44-45) Estes movimentos, segundo ele, não tinham uma justificativa doutrinária e, só depois, os seus líderes começaram a procurar por uma. Em vez de visar a grandeza da nação, ao contrário, optaram por “reivindicações proletárias, de justiça social --- dizem os seus corypheus, de mediocridade nacional --- dizemos nós”. (p. 45) Lubambo estava ciente das dificuldades sociais, simplesmente para sua solução usava outros meios e alfinetava os políticos de esquerda com suas ironias:

Generoso interesse pela sorte da massa obreira? Não: ninguém desconhece que a miséria, o baixo poder aquisitivo das massas é efeito e não causa; efeito da pobreza geral do país, cuja economia marca passo, não evolui. Mas uma verdade e comesinha nas cartilhas revolucionárias: não se pode fazer uma revolução vermelha sem uma justificativa para atrair as massas trabalhadores e convencer a opinião nacional, particularmente a arte dela que tem o direito de decisão: o exército. Daí a tática de vibrar a corda da miséria social, sob os aspectos mais desgraçados e sombrios: o da fome, o da doença, o da falta de casa confortável para morar, o da incultura, o da falta de diversões [...] E isso através de palavras roubadas ao vocabulário católico (mas de que forma mistificadas e conspurcadas!): ‘o respeito da dignidade da pessoa humana’, os ‘postulados de Leão XIII’, ‘Quadragesimo ano’, a ‘caridade’[...] (p. 46).

Neste capítulo, Lubambo cita extensivamente publicações tanto dos sindicatos dos usineiros de Pernambuco como dos trabalhadores e critica o *Diário de Pernambuco* por publicar material considerado por ele tipicamente jacobino, bem como material de Gilberto Freyre salientando a miséria do pobre (notas 55-58, p. 58). Nele, Lubambo argumenta que as realidades sociais são graves, mas a Nação não tem recursos para resolvê-los. É preciso produzir riquezas para dar soluções adequadas. Apela para as autoridades porem seus pés no chão e não pregarem utopias. Segundo ele, o Brasil de 1940 não era uma Inglaterra e, primeiramente, tinha que desenvolver e colocar sua casa em ordem, citando os livros de Roberto Simonsen, mostrando como Brasil é pobre:

A economia brasileira é ainda retardatária: uma economia colonial. A nossa riqueza ‘per capita’ nos últimos quatro anos não registra nenhum argumento. Enfim: o Brasil é um país pobre, o Brasil está classificado entre os países em que a criação de novos capitais é inferior às suas obrigações financeiras”(p. 65).

Citando mais autores da mesma opinião, Lubambo termina assim:

Sem querer fazer paradoxo, podemos dizer mesmo que o problema brasileiro é menos social do que patronal. Se quisermos levantar o padrão de vida da massa obreira temos que começar pelo estímulo do capital, pelo incitamento do espírito de empresa, pela exaltação das virtudes individualistas. E não esqueçamos esta coisa essencial: pela admissão da legitimidade do lucro. Sem lucro, ninguém terá a loucura de investir, de empreender, de arriscar os seus haveres. Sem lucro não

haverá indústria, nem comércio. Nem haverá também centros de trabalho. Fomentemos a riqueza, proporcionemos um clima para as indústrias e a questão social se resolverá por si mesma”(p. 74).

Depois de apresentar argumentos de ordem econômica, Lubambo oferece outro de ordem moral:

O trabalho é uma força que se emprega, o capital, uma força que se arrisca. O trabalho, quando se emprega, busca um amparo, não só para os dias atuais, sob a forma de salários, como para o futuro, sob a modalidade da aposentadoria, da pensão. O capital, quando funda uma empresa, mete-se numa aventura, da qual não raro sai arruinado e desbaratado. O capital não procede assim por motivos morais certamente: fá-lo objetivando um lucro, a multiplicação da fortuna, a elevação na escala social. Mas, o mesmo se dá com o operário: quando procura um emprego o faz movido por interesses também materiais. Estamos em presença de forças que se movem no plano da matéria e aquela que mais se arrisca e mais rende, socialmente falando, mais útil é e, por conseguinte, mais elevada categoria social deve ter. Do esquecimento desta verdade não resultam prejuízos apenas para os industriais e para a nação; resultam também para o próprio operário, cujo interesse está na prosperidade das indústrias, só possível num regime em que os chefes de empresa tenham esta primazia de que vimos falando. (p. 75).

Capítulo VI, Um novo individualismo

Sempre adepto às frases contundentes, Lubambo iniciou este capítulo com um grande desabafo:

Por que o capitalismo brasileiro perdeu este ‘elan’ aventureiro que não foi um dos seus traços característicos, para se empregar em apólices e arranha-céus? Por que os campos se despovoam? Por que a massa dos homens capazes, em lugar de correr o seu próprio risco, com as vantagens que as atividades livres e criadoras comportam, preferem se candidatar a empregos públicos e sujeitar-se a uma vida segura, mas medíocre? (p. 77).

A estes questionamentos Lubambo respondeu que as razões eram, os interesses da massa operária, as idéias socialistas e corporativistas. A inclusão das idéias corporativistas é uma surpresa. Para elas, Lubambo aceita uma solução corporativista para uma economia já feita e estruturada, mas quando a economia está em desenvolvimento, corporativismo ou estatismo inibem o individualismo que é essencial para tomar riscos necessários para criar riquezas(p. 78-79). Revela um aspecto eminentemente pragmático de seu pensamento. Além disso, não copia projetos que fizeram sucesso no exterior, ao contrário, insiste que o Brasil tem que alcançar seu sucesso por suas próprias idéias e experiências.

Lubambo argumenta por um novo individualismo baseado na força do capitalismo a fim de desenvolver a nação num contexto brasileiro e explica:

Ora, nós imaginamos a sociedade, como obedecendo a duas ordens de leis: às de vida orgânica, que dizem respeito, digamos, aos elementos anatómicos, à estrutura íntima, ou por outra, às instituições cuja função é garantir a existência do corpo social; e às da vida de relação que têm por objeto pôr essas instituições em movimento, estabelecer contato, um comércio, entre elas. Segundo a doutrina que

estabelecemos aqui (tendo em vista o caso brasileiro, bem entendido) essas duas ordens de leis ou de fatos devem obedecer a regimes específicos, distintos: as da vida orgânica ao regime estudado e defendido por (Pierre-Guillaume-Frédéric) Le Play, e que tem por base a organização patriarcal da sociedade: tudo no Brasil – a extensão territorial, a formação histórica do país, a necessidade de estruturar a sociedade sobre elementos sólidos e capazes de resistir às forças que os solicitam à dispersão – postula uma organização social desse tipo. Os fenômenos da vida de relação, a um duplo regime em que o corporativismo divide as suas zonas de influência com o individualismo – e isso pelas razões apontadas páginas atrás: porque o país está dividido em zonas ou indústrias ‘satisfeitas’ e zonas ou indústrias ‘insatisfeitas’, aquela devendo ser regulada pelo primeiro, estas pelo segundo – o individualismo – princípio dinâmico, criador, conquistador, por excelência. E nesse ponto temos que nos voltar para Adam Smith, não sem sólidos motivos considero, no nosso primeiro Império, como o inspirador da política econômica brasileira. (p. 85).

Os termos ‘satisfeitos’ e ‘insatisfeitos’ se referem às economias já estabelecidas (‘satisfeitas’) ou em desenvolvimento (‘insatisfeitas’). No desenvolvimento do Brasil, a força do individualismo tinha outras implicações. Se o individualismo gerou proprietários e riqueza, também, configurou posições sociais, cargos e privilégios na governança. Lubambo elogiou o individualismo de Duarte Coelho e outros como ele no período colonial, mas lamentou que este esquema de como a sociedade produziu seus líderes foi perdido na República. A razão foi a ampliação do voto, que não mais foi um privilégio dos proprietários, mas, agora ampliado aos outros pela introdução do sufrágio universal. Em consequência, a figura e símbolo forte do individualismo, o “coronel”, ia perdendo seu status. Lubambo valorizava e defendia bastante os “coronéis”, afirmando:

Não queremos de modo nenhum escandalizar, mas desde muito que vimos perguntando de nós para conosco si interessa ao país esta guerra implacável ao ‘coronel’: se não consulta antes ao nosso ideal de expansão e de grandeza a reabilitação do ‘coronel’; a volta ao ‘coronel’. Uma coincidência que devo assinalar: a guerra ao coronel embora deflagrada desde os tempos coloniais (bem entendido: depois de certa época porque antes dela o coronel era um verdadeiro ‘enfant gaté’ dos governadores e capitães gerais), [...] (p. 94).

Lubambo tinha muita simpatia para com os “coronéis”, dizendo até que o Brasil deve aos “coronéis,” a sua “estrutura econômica, política e social: os valores da nossa exportação, a ordem pública, a família”(p. 95). Quase no fim deste capítulo, Lubambo resume o seu argumento da seguinte forma:

O que queremos dizer é que se desejamos fomentar a nossa agricultura, alargar o nosso parque industrial, consolidar a nossa economia e estimular a criação dos capitais indispensáveis a tudo isso -- só há um caminho: o estímulo da livre iniciativa individual, a exaltação do espírito pioneiro, uma política de prestígio e não de diatribes e proscricção contra as classes conservadoras, uma fiscalidade moderada, leis sociais justas mas prudentes” (p. 98).

Na **Segunda Parte** deste trabalho, as idéias e condições que presidiram a evolução capitalista no Brasil são os principais pontos discutidos por Lubambo. No **Capítulo I, A doutrina patrimonial praticada pela metrópole portuguesa**, Lubambo entra agora num assunto do qual gosta imensamente, explicando as raízes da riqueza do Brasil Reino e Imperial. Quis mostrar, também, o erro grosso dos marxistas que pregam “esta coisa infame que se chama o capital”. (p. 103) Bastante sofisticado, designava a “tradição capitalista” com as devidas atenuantes desta maneira:

Atitude de reconhecimento do capital como o principal fator da produção. Atitude de estímulo e amparo das nossas principais forças de trabalho: isto é: dos detentores dos meios de produção; dos elementos que aqui aventuraram seus haveres, sua vida, e lançaram as bases do ‘grande Império’ sonhado por D. João III, dos continuadores desse esforço, no Brasil Reino e Império. Neste sentido pode se falar numa tradição capitalista, aberta nos primeiros ensaios de exploração do século XVI e prosseguida até a ‘época social’ que nos referimos paginas atrás. Não é que na Colônia ou no Império não se tenha dado atenção ao problema do braço: uma massa de documentos existe que prova o carinho com que esse problema era olhado pelas administrações da época. (p. 103).

A história de Duarte Coelho como donatário de Pernambuco permite Lubambo afirmar seus temas prediletos de como é necessário ter legislação para permitir a criação de riqueza. Baseado no seu estudo “Sobre Duarte Coelho e seu sistema de administração”.

Lubambo diz:

Já uma vez estudando as causas do surto formidável da civilização olindense, patente em tantas manifestações da vida da urbs duartina, já em fins do século XVI e princípios do XVII, fomos levado a atribuí-lo mais do que a Duarte Coelho, às idéias dominantes na época; às largas atribuições de direito publico de que se achava o velho capitão territorial; à produção açucareária; e até ao tão infamado sistema de impostos. ‘Porque -- dizíamos então -- não se pense que Duarte Coelho trouxe de Portugal apenas ferramentas, judeus, sementes e gado. Trouxe também um quadro de instituições admiravelmente adaptadas ao mister da Colonização. Um quadro geral de civilização. Grade capitão-mor foi certamente Duarte Coelho. Mas pouco ou nada teria feito se não trouxesse para cá um sistema de administração compatível como a civilização que se vinha fundar’” (p. 106-107).

Neste capítulo, Lubambo briga com Alberto Torres afirmando que “Não há combinações jurídicas capazes de evitar o esboroamento da riqueza, quando os indivíduos não tenham sido preparados para defender os seus patrimônios”(p. 107-108). Lubambo defende praticamente o contrário, que é: “os individuos preparam-se para defender seus patrimônios, precisamente pelas combinações jurídicas. E isso não só pelo que elas representam como armas, como instrumentos de ação ou coação externa, mas pelo que têm de pedagógico, pelas marcas que deixam, pelos hábitos que criam”(p. 108).

Nos escritos de estudiosos como Torres, Lubambo nota um certo preconceito contra as instituições coloniais e afirma que “há um pretexto e uma causa. O pretexto: o estado de

sujeição, de subalternidade em relação à metrópole. A causa: o fato de lembrar uma civilização de tipo católico”. (p. 108) Lubambo lembra que para a ciência política da época, “o que era ‘colonial’ aqui era ‘metropolitano’, em Portugal”(p. 108) e de que “[...]nada tinham as instituições coloniais de humilhantes, seja para o nosso amor próprio, seja para os foros do país” (p. 108).

Utilizando documentos de visitantes ao Brasil como Mary Graham e Henry Koster e L. F. Tolenare, Lubambo argumenta que Pernambuco não somente tinha a segurança mas gozava de um período de livre iniciativa, ambos necessários para a criação de riqueza(p. 113-119). Não há dúvida que houve liberdade de ação, às vezes, aparentemente até demais para o governo metropolitano, mas Lubambo a defende:

[...] os objetivos da metrópole portuguesa eram o sucesso da colonização. Para alcançar esse sucesso, num meio áspero, hostil e despolicado, numa terra por desbravar, teve de apoiar-se no indivíduo, na família, no clã. Teve de fazer deles os instrumentos da sua ação povoadora e conquistadora [...]. Mas acontece que a própria prestação desses serviços, a prática dessas funções, implicava o exercício de certo poder, de determinada fração de soberania, se assim nos podemos exprimir. Daí a enorme extensão do poder do pater-familias no período colonial, o qual começava dentro do lar, alargava-se pelas redondezas da casa-grande e espraiava-se pelos povoados e vilas próximas, através da burocracia e da maquina estatal, praticamente nas suas mãos”(p. 123-124).

E ainda em defesa, Lubambo cita o escritor Elysio de Carvalho:

‘Incontestavelmente, a propriedade latifundiária, em que se concretizaram as pequenas porções de solo distribuídas aos imigrantes, foi naquela época o único meio de assegurar a grande produção, sem a qual a colonização não subsistiria, quanto mais a nação.’ Eis, portanto, a grande propriedade territorial, os imensos feudos latifundiários, reconhecidos como elementos essenciais à produção nacional, o que é o mesmo que dizer, a criação, segurança e conservação da nossa riqueza seja a pública, seja a privada. (p. 134).

Dentro do assunto de latifundiários, Lubambo destaca o papel do “sesmeiro” que recebeu a sesmaria do Governo:

A sesmaria era mais do que uma expressão de abastança e de riqueza; era uma expressão moral e mesmo política. O sesmeiro era mais do que um simples proprietário: era uma ‘autoridade social’, no melhor sentido de Le Play; pertencia à classe dos que podiam ter acesso às funções públicas, à vereança, aos cargos de chefes de ordenanças, de capitães mores, de sargentos mores. A ele, a dignidade e o prestígio. A ele as funções de mando. (p. 135)

Lubambo trata dum outro tópico, sempre polêmico: os impostos do governo metropolitano. Os principais foram o “quinto do ouro, dízimo das terras e do pesado, dízimo da exportação para o estrangeiro”. (p. 142) Fala de todos, menos do quinto do ouro, e argumenta que o governo deu muitas exceções, tanto que nos fins de século XVI o erário real era deficitário (p. 141-142). Mesmo não concordando com o sistema mercantilista, adotado

pelos poderes europeus, Lubambo disse que nem isto impediu a criação de riqueza no Brasil (p. 147). Lubambo termina este capítulo, bastante desenvolvido, elogiando os métodos e medidas que Portugal utilizava no período de colonização do Brasil. Para ele foi um maravilhoso conjunto de legislação que permitiu a criação de riqueza no qual o individualismo podia produzir riqueza.

Na Terceira Parte, *Síntese da evolução capitalista no Brasil*, temos novas idéias de Lubambo que evidenciam o forte nacionalismo que também marca seu pensamento .

No Capítulo I, **Gênese dos capitais brasileiros (Séculos I, II e III)**, Lubambo revela seu patriotismo em designando os quatro séculos de história do Brasil como primeiro, segundo, terceiro e quarto. O Capítulo II e último desta Terceira Parte será intitulado o quarto. Repete, também, o seu tema principal:

Nas paginas atrás, estudou-se o conjunto de princípios e de medidas de natureza política, a legislação, as instituições, o que se pode chamar a tradição colonial no que diz respeito à ordem da produção e da riqueza – tradição que teve por base a máxima liberdade das classes produtoras, a segurança pública, as grandes sesmarias: um conjunto de favores, de regalias, de privilégios que permitiu a formação da riqueza em bases e segundo um ritmo que desconcerta pelo vulto e a rapidez. Nas se negou o fundamento econômico da formação dessa riqueza, a existência dum mercado europeu extremamente ávido em relação aos produtos tropicais, tais como o algodão, o açúcar, o tabaco, o âmbar, a fertilidade do solo, a fome do ouro. Etc. Etc. Mas sustentou-se que tudo isto foi precedido pelos códigos, pelos costumes de trabalho, pela economia política aqui praticada com inflexível consciência pela metrópole portuguesa. Precedido e mesmo às vezes determinado, como prova a disparidade de desenvolvimento das primeiras capitânicas, a Nova Lusitânia, primeiro, depois a Nova Lusitânia e a Bahia, sede do Governo, tomando ambas a dianteira sobre todas as outras, dada a sua melhor ‘polícia’, o seu melhor coeficiente de ordem, a maior soma de segurança que se gozava nelas, comparada com o que sucedia nas outras donatárias. (p. 155-156)

Lubambo vai narrar os sucessos e falhas das capitânicas. Onde existiam circunstâncias para a formação de riqueza, estas capitânicas prosperaram. Os sucessos, porém, foram esplêndidos. Lubambo cita Adam Smith, que revela: “[...] Brasil se desenvolveu a ser uma colônia grande e poderosa.” (“[...] it (Brazil) grew up to be a great and powerful colony” (p. 168). E, segundo Lubambo, mesmo chamando muito a atenção, o descobrimento do ouro não escondeu o fato de que a riqueza do Brasil foi sua agricultura (p. 169).

Neste capítulo repete as idéias já elaboradas no seu trabalho, “Olinda: sua evolução urbana de 1937”. Termina o capítulo, enfatizando que apesar do colapso das minas do século XVIII (III), segundo Lubambo, “o comercio reanima-se, os índices da produção elevam-se, a agricultura volta a ser o centro de gravidade da economia do país” (p. 194).

Capítulo II, O século IV, época do esplendor brasileiro.

O século XIX (IV) traz muitas mudanças para o Brasil e Lubambo as descreve de forma detalhada:

A economia não se desenvolve mais naquele sentido digamos ‘a uma dimensão’ que se observa na era anterior: a vida ganha em complexidade, os horizontes de trabalho são mais largos, o comércio desenvolve-se, a necessidade dum sistema bancário já se faz sentir. Enfim: o sentido urbano da nossa civilização [...] sentido que constitui hoje um tema tão inquietante, esboça-se: o campo [...] já não exerce o seu histórico comando sobre a vida do país; a orla litorânea é ocupada por uma população cada vez mais diferenciada: uma sociedade de cidadãos, de comissários, de negociantes, de advogados, de professores, de retóricos e de agitadores, a contrastar em hábitos de vida, em preocupações e em ideais com a velha e robusta aristocracia de terra, até então não só responsável pelo que o país tinha de sério, de forte, de respeitável, como pelo que ele tinha de próprio, de característico, de ‘nacional.’ A esse processo, digamos de ordem física, vem se juntar um elemento novo: as idéias do chamado ‘século das luzes’, as aspirações democráticas, o ‘art royal’ das lojas e dos areópagos, o jacobinismo. Idéias, tendências, formas de cultura inquietante, cuja influência se fará ao longo de todo o período em estudo, inaugurando uma era de ‘crise’ de que a estrutura econômica do país, atingida em seus elementos de base ainda hoje – ou hoje sobretudo - experimenta os corrosivos efeitos. Não se conclua, porém, daí que o país entrou logo um período de decadência. Longe disso: ainda sob a ação positiva dos agentes e mesmo dos hábitos eminentemente construtivos que fizeram a grandeza da era anterior, os índices da produção nacional não só não conhecem colapso como chegam mesmo a subir. O processo de enriquecimento continua e a nossa economia como que solidária com o que se assa na Europa, vive o seu momento de maior animação renovadora, atinge mesmo, como veremos adiante, sua etapa propriamente capitalista. (p. 195-196)

Lubambo descreve as atividades comerciais e bancárias, salientando uma certa facilidade de como o Banco do Brasil iniciou e cresceu (p. 202-205). Quando começa a falar sobre a segunda parte do século XIX (IV), Lubambo não poupa elogios ao Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza. Em grande parte porque ele encarna perfeitamente o individualismo e dinamismo necessários para a criação de riquezas. Mauá correu riscos, em alguns, saiu bem, em outros não. Em todo caso, o Brasil se beneficiou de seus empreendimentos (p. 213-225). Certamente, sua atuação ajudou a expansão continental brasileira que Lubambo considera “um fenômeno de ordem econômica e financeira” (p. 219).

Como o título deste capítulo indica, o século XIX (IV) foi muito significativo em criar as condições e para que pessoas como Mauá pudessem criar riquezas para o Brasil. Lubambo termina o seu livro assim:

Neste magnífico passado, nesta como que ‘era vitoriana’ brasileira, só encontramos motivos para ter fé no poder de crescimento, na iniciativa, nas faculdades criadoras e nas forças ‘d’avenir’ do nosso país. Resta apenas que abandonemos o falso humanitarismo, praticado até agora, e nos inspiremos nos princípios corajosamente realistas que estão na origem destas realizações formidáveis” (p. 225).

3.1 Lubambo, Manoel. O humanismo financeiro de Salazar. Recife: Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, 1942. (Todas as citações são deste trabalho.)

O Cônsul de Portugal em Pernambuco, Manuel Anselmo, convidou Manoel Lubambo para dar uma conferência sobre as finanças do Primeiro Ministro de Portugal, Antônio Oliveira Salazar, no dia 28 de maio de 1942, no Ciclo Cultural Luso-Brasileiro. Já como admirador de Salazar, a resposta de Lubambo foi o ensaio, “O humanismo financeiro de Salazar” que expunha as suas habilidades financeiras e salienta o humanismo de seu trabalho. Isto é facilmente percebido logo no primeiro capítulo, intitulado, “O Panorama da Obra”:

A prodigiosa carreira política de Salazar é por demais conhecida: colocado pela ditadura de 28 de maio (1928) no posto de ministro das Finanças, cedo a sua influência se faz sentir em todos os domínios da administração, doando-lhe o sentido da vocação portuguesa e lançando as bases do que seria já não uma simples restauração financeira, senão um verdadeira ressurreição nacional [...]. Em um ano, acaba com o déficit orçamentário, e o déficit era em Portugal uma normalidade financeira e um ‘complexo’ psicológico; em dois, paga a dívida externa; em três, saneia a moeda e estabiliza o escudo. em cinco ou seis. liquida a dívida flutuante e organiza o crédito. (p. 10-1.) (Depois de 1932 quando se tornou primeiro ministro, Salazar é geralmente considerado um ditador. Introduzindo uma nova constituição em 1933, fez Portugal um estado cooperativista e autoritário.)

Este sucesso o fez muito conhecido e respeitado numa Europa atormentada pelas convulsões econômicas e sociais antecedendo e perdurando durante a Segunda Guerra Mundial, e trouxe prestígio e respeito a uma nação que, até então, era conhecida pelas suas desastrosas decisões financeiras no período de 1910 a 1927. Depois desta visão global, Lubambo continua o que ele chama de sua “interpretação” ou explicação da “filosofia financeira” da obra de Salazar em três capítulos: o método, os princípios e os objetivos (p. 14-15).

Para Lubambo, “A primeira característica do pensamento de Salazar é uma característica de índole cartesiana: a ordem, o método, o gosto de estudo dos problemas por partes, por ordem de dificuldade: da sua solução por ordem de importância, de precedência de urgência” (p. 17). Utilizando a obra de Salazar cujo título é “A reorganização financeira”, Lubambo nota como Salazar programou suas diretrizes de ação: “[...] em primeiro lugar o ‘financeiro’; em segundo lugar, o ‘econômico’; por último o ‘social’” (p. 18). Esta ordem não é de importância. Sem soluções financeiras não há resoluções para questões sociais. Citando Salazar de novo, nos informa: “Que seria pois necessário. Resolver o problema econômico, aumentar a produção da riqueza para que a todos possa caber maior quinhão. Sem isto a legislação de caráter operário será quase inútil ou poucas vantagens trará: com crise econômica não há, pode dizer-se salários altos” (p. 21). Por causa desta hierarquia de Salazar, Lubambo o chama homem de bom senso e complementa sua explicação em termos quase românticos:

Numa palavra: o bom senso. E aqui seria preciso abrir espaço para discorrer sobre este bom senso de Salazar, que poderia provir do ‘Discours’, (alusão a Descartes) mas não provém. Para retrazar a origem portuguesa e qualidade católica desse bom senso. Mas para isso teríamos que deixar de lado o filósofo do quarto quente de Francfort, par travar conhecimento com um tipo cultural e histórico inteiramente diverso: o ‘cristão velho’. Um daqueles autênticos cristãos velhos do Quatrocentos português de que nos fala Antônio Sardinha – rudes homens mas poderosos entendimentos – que citando ‘aristotellis’ (Aristoteles com ‘A’ minúsculo!), sustentavam alto e bom som, sem as pieguices sentimentais nem os escrúpulos demagógicos de hoje: ‘que os maiores na República devem reger e governar e os meãos obedecer e ajudar e os mais baixos trabalhar e servir’ [...]. (p. 23).

Com isto, Lubambo argumenta que Salazar não é um “teórico” e o cita, outra vez:

Advoguei sempre a política do simples bom senso, contra a dos grandiosos planos, tão grandiosos e tão vastos que toda a energia se gasta a admirá-los, faltando-nos os esforços para os executarmos. Uma política de administração tão clara e tão simples, como a pode fazer qualquer boa dona de casa; política comesinha e modesta que consiste em se gastar o que se tem e não despende mais do que os próprios recursos”(p. 28).

Com esta visão econômica, Lubambo diz que,

[...] as construções de Salazar têm uma comensuração humana; são feitas segundo uma escala, um metro, que não é nem para anjos, nem para os deuses do Olimpo: mas para os bons pescadores e plantadores de milho do Minho, para os criadores lavradores da Beira e do Além Tejo, e até para as ‘desvairadas gentes’ de Lisboa [...]. (p. 32).

Aqui Lubambo propõe que esta comensuração humana qualifica o seu trabalho financeiro como humano e explica o título do texto *O humanismo financeiro de Salazar* (p. 34-35). Lubambo inicia o capítulo argumentando que Salazar é um economista “clássico” e não “romântico”. Um economista romântico é aquele que faz “[...] rodar e emitir massas de papel moeda com lastro em tesouros imaginários”. (p. 38) Portugal fez isto de 1910 a 1927. Ao contrário, Salazar é um economista “clássico” e o mesmo tem “a certeza”, “a verdade” que, “exprime-se por quatro ou cinco princípios que o sistema considera sagrado: o equilíbrio do orçamento, a estabilidade da moeda, a imunidade da renda Etc. Etc” (p. 40).

É bom registrar que Salazar não gostava do político liberal mas utilizava certos aspetos da economia liberal, tais como favorecer produção em vez de impostos altos, combater o custo de vida com juros baixos e moeda estável, até permitiu especulação dentro de certos limites. (p. 41-44) Salazar considerava que “A finança tem isso de particular: que é uma ciência mais experimental do que a economia. A economia é mais ‘cós mica’, a finança mais ‘livre’. Daí a sua margem de manobra ser mais larga e os seus princípios menos rígidos”. (p. 47) Segundo Lubambo, o trabalho financeiro de Salazar não foi afetado pelo regime corporativista, um sistema que o próprio Salazar iniciou em Portugal e sua razão é: “[...]”

porque as finanças clássicas têm coexistido com todos os regimes históricos”(p. 69). Com isto, Lubambo termina este capítulo sobre “os princípios”.

O quarto e último capítulo, “**Os objetivos**”, é uma clara amostra do estilo de Lubambo. Observem:

Poderei acalantar a idéia, certamente ambiciosa, de explicitar o pensamento secreto que anima a obra financeira de Salazar? Se não laboro em grave equívoco é um pensamento digno das gerações do Quatrocentos e do Quinhentos: reconstituir o pé-de-meia – o ‘sacro’ pé-de-meia português – e forte dos seus ‘escudos’, dos seus ‘contos’, dos seus ‘bien au soleil’, praticar a política de grande estilo, seja na esfera interior, seja na exterior, que se está traduzindo pelo excepcional prestígio de que Portugal goza hoje no mundo. (p. 71).

O pé-de-meia português é nada mais e nada menos do que o patrimônio português acumulado para o investimento e Lubambo vai historiando para confirmar seu argumento. Segundo ele, as grandes vitórias portuguesas foram financiadas por este pé-de-meia e o objetivo da obra financeira de Salazar foi: “a defesa e a conservação desse pé-de-meia, em que ele vê um pilar da grandeza portuguesa”. (p.80)

Lubambo oferece um resumo de seu ensaio neste último capítulo:

Percorrei os principais capítulos desta obra: o equilíbrio orçamentário, a estabilização do escudo, a restauração do crédito, a organização bancária. Um pensamento interativo – quase um estribilho – está presente em todos eles: a defesa do patrimônio português. Conheceis os efeitos clássicos da desvalorização da moeda, a elevação do preço das utilidades, a redução do poder de compra do consumidor; a transferência da riqueza da mão dos credores para o bolso dos devedores, enfim: a espoliação da fortuna privada e a fuga dos capitais. Estabilizando um pensamento orienta Salazar: ‘Não sacrificar mais os capitais – base, fator do progresso econômico futuro. (p. 80-81).

O último item tratado por Lubambo é: “a política patrimonial – a política do pé-de-meia - como diretiva do regime tributário”. (p. 83) Segundo Lubambo, Salazar foi radical no seu sistema tributário:

Contra os sistemas tributários, organizados no sentido da expropriação forçada da propriedade, objetivando essa ilusória terraplanagem social dos códigos radicais socialistas, Salazar opõe um sistema que é o oposto daqueles: fiscal na sua técnica, conservador e patrimonial nos seus resultados. Um princípio de ordem geral comandará esse sistema [...] ‘não sacrificar mais os capitais – base, fator do progresso econômico futuro e para os poupar chamar aos sacrifícios necessários todos os rendimentos da nação. (p. 88-89)

Lubambo faz uma comparação entre a política tributária de Salazar e os partidos da esquerda. Estes preferem impostos diretos, impostos sobre renda e impostos progressivos. Salazar usa impostos indiretos e impostos proporcionais. É claro que, às vezes, as duas políticas fazem compromissos uma com outra, mas o que é importante é a tendência básica de cada uma(p. 89). Lubambo acredita que a política de Salazar foi tipicamente portuguesa, visto

que o português “repugna a idéia dos impostos sobre a renda”. (p. 89) Lubambo termina seu ensaio salientando o aspecto humano da obra financeira de Salazar. Apela para que outras nações pudessem seguir seu exemplo:

O humanismo que, já hoje, inspira os regimes doutros países, e eu o vejo no comovente esforço dum Petain, mas que resta no meio duma Europa que se debate entre um democratismo falido e os regimes que se erigiram para combatê-lo, entre Babbit e o Super-Homem, um castigo e orgulhos fenômeno português, e em particular: salazarino. (p. 94)

O mundo que Lubambo conheceu iria mudar radicalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Para finalizar nossa breve exposição sobre a vida e o seu pensamento evidenciado nestas três obras de Lubambo não podemos deixar de comentar que o consideramos um intelectual de grande importância para uma época em que os valores morais e religiosos se confundiam com o campo político. Neste sentido, deixamos aqui uma pergunta: Qual seria a avaliação de Lubambo sobre a Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil nela depois do conflito? Dotado de uma rara percepção da realidade brasileira e do pensamento político-religioso daquele momento, bem como dono de uma inteligência privilegiada, seria interessante saber suas opiniões sobre aqueles fatos, mas seu falecimento em 1943 torna isto impossível.

Esperamos com esse trabalho ter despertado, pelo menos, a curiosidade de alguns historiadores sobre a importância intelectual de Manoel Lubambo para uma maior compreensão do pensamento católico conservador dos anos 30, especialmente num contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas, num Estado do Nordeste.

NOTAS DE REFERÊNCIA

ⁱ É importante registrar que a coleção da Revista “Fronteiras” no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano não está em boas condições.

ⁱⁱ BARROS, Anna Maria Lubambo do Rego, **Entrevista concedida ao Pe. Ferdinand Azevedo**, Recife, ago. 2002.

ⁱⁱⁱ Estevam Cruz, *Apud. Lembrança do III Congresso Eucarístico Nacional aos seus Irmãos do Norte e do Sul; 2 – 7 de setembro, 1939*. Recife: Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, s/d. p. 59.

^{iv} Mais dados sobre esse autor vide site: www.lafcadiohearn.pj, 28/08/02.

^v **Lembrança do III Congresso Eucarístico Nacional aos seus Irmãos do Norte e do Sul; 2 – 7 de setembro, 1939**. Recife: Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, s/d. p. 68. LUBAMBO, Manoel. Caixa de Crédito Mobiliário. **Fronteiras**, ano 7, n. 9, set. 1938, p. 14-15;. O governo de Magalhães favoreceu cooperativas. Veja: PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984. p.71.

^{vi} PANDOLFI. op. cit., p. 61; AZEVEDO. op. cit., p. 150. Anos depois da morte de Lubambo, Nilo Pereira deu este depoimento sobre a saída de Lubambo do governo de Agamenon: “Senti, então, quanto Agamenon Magalhães admirava Lubambo, que deixou a pasta, dignamente, por motivos pessoais. E o Dr. Agamenon me fez essa confissão: -- Se Lubambo fosse vivo, eu o nomearia novamente Secretário da Fazenda.” PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães; uma evocação pessoal**. Recife: Editorial Norte-Brasileiro, 1973. p. 105.

^{vii} Entrevista com BARROS, Anna Maria Lubambo do Rego Barros, Recife, agosto de 2002.

^{viii} Lubambo, Manoel. **Inquérito sobre o problema do nacionalismo cristão**. Entrevista com Armaund Bernadino Bjrdsen da revista “Chrétienté –Occident”. **Fronteiras**. Recife, ano 8, v. 7, p. 8-9, jul. 1939.

^{ix} BARROS, Anna Maria Lubambo do Rego, **Entrevista concedida ao Pe. Ferdinand Azevedo**, Recife, ago. 2002. p. 38

^x Sobre isso vide: Vasconcelos, João. **Manoel Lubambo**. Recife: Tradição, 1944. p. 60.